

## **VIOLÊNCIAS E O CONTEXTO DE VIDA E FAMILIAR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: (DES) VELANDO A PROBLEMÁTICA**

## **VIOLENCES AND THE LIFE AND FAMILY CONTEXT OF PEOPLE WITH DISABILITIES: (UN) VEILING THE PROBLEMATIC**

## **VIOLENCIAS Y CONTEXTO DE VIDA Y FAMILIA DE PERSONAS CON DISCAPACIDAD: (DES) VELANDO LA PROBLEMÁTICA**

Thaylane Defendi<sup>1</sup>  
Yasmin Sabrina Costa<sup>2</sup>  
Carmem Layana Jadischke Bandeira<sup>3</sup>  
Marta Cocco da Costa<sup>4</sup>

44

**Resumo:** Objetivo: Discorrer e refletir sobre as situações de violência vividas pelas pessoas com deficiência e suas famílias que residem em contexto rural. Método: Inicialmente, realizou-se uma busca em bases de dados científicas, utilizando os termos: violência, pessoa com deficiência e ruralidade, na sequência elaborou-se o corpus do estudo dialogando com outros autores. Resultados: A pessoa com deficiência e sua família vivenciam situações de violência física, psicológica e sexual, aliadas ao rural essas situações implicam em exclusão, dor e sofrimento. Conclusão: Elaboração de novas práticas e competências de atenção e cuidado as pessoas com deficiência em situação de violência no rural.

**Palavras-chave:** Pessoa com Deficiência. Violência. Família.

**Abstract:** Objective: To discuss and reflect on the situations of violence experienced by people with disabilities and their families living in a rural context. Method: Initially, a search was made in scientific databases, using the terms: violence, people with disabilities and rurality, then the corpus of the study was elaborated in dialogue with other authors. Results: People with disabilities and their families experience situations of physical, psychological and sexual violence, combined with rural situations, these situations imply exclusion, pain and suffering. Conclusion: Elaboration of new practices and skills of attention and care for people with disabilities in situations of violence in rural areas.

**Keywords:** Disabled Person. Violence. Family.

<sup>1</sup> Acadêmica de Enfermagem. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus Palmeira das Missões. E-mail: thaydefendi@outlook.com

<sup>2</sup> Acadêmica de Enfermagem. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus Palmeira das Missões. E-mail: yasminncosta@outlook.com

<sup>3</sup> Enfermeira. Prefeitura Municipal de Tapejara/RS. E-mail: carmemljbandeira@outlook.com

<sup>4</sup> Doutora em Enfermagem. Professora adjunta na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus Palmeira das Missões. E-mail: marta.c.c@ufsm.br

**Resumen:** Objetivo: Discutir y reflexionar sobre las situaciones de violencia que viven las personas con discapacidad y sus familias que viven en un contexto rural. Método: Inicialmente se realizó una búsqueda en bases de datos científicas, utilizando los términos: violencia, personas con discapacidad y ruralidad, luego se elaboró el corpus del estudio en diálogo con otros autores. Resultados: Las personas con discapacidad y sus familias experimentan situaciones de violencia física, psicológica y sexual, combinadas con situaciones rurales, estas situaciones implican exclusión, dolor y sufrimiento. Conclusión: Elaboración de nuevas prácticas y habilidades de atención y cuidado a personas con discapacidad en situaciones de violencia en áreas rurales.

**Palabras-Clave:** Persona discapacitada. Violencia. Familia.

**Submetido 10/10/2020**

**Aceito 21/11/2020**

**Publicado 15/12/2020**

## INTRODUÇÃO

A violência é um problema social resultante em agravos biológicos, psicológicos, morais e sociais (LUCENA, 2012). Afeta fortemente a saúde, o desenvolvimento dos povos e é reconhecida como um meio de violação dos direitos humanos, com grande repercussão em relação aos direitos à vida, à liberdade, à integridade física, psíquica e social (ARBOIT, 2017).

A Organização Mundial da Saúde (OMS), classifica a violência como uso intencional de força física ou poder, real ou como ameaça, que resulte ou tem grande probabilidade de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos e tem sido as maiores causas de morbidades, afetando a qualidade de vida, resultante no desenvolvimento prejudicado e perdas social, pessoal e afetivo (OMS, 2002).

As categorias que a violência foi dividida conforme as características do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde são classificadas em: dirigida a si mesmo (auto infligida); interpessoal (realizada por familiares, parceiros íntimos ou comunidade) e coletiva (âmbitos social, político e econômico). Os atos violentos em relação a natureza podem ser classificados em física, sexual, psicológica e envolvendo privação ou negligência de cuidados (KRUG; ET AL, 2002).

A violência se manifesta em diferentes formas e contextos, tanto em áreas urbanas quanto rurais (HONNEF, 2017). No cenário rural, a violência encontra-se potencializada devido às singularidades desse meio pelo distanciamento geográfico que estão inseridos em relação aos serviços de saúde, educação, direitos, transportes, saneamento básico, perpetuando em desigualdades e em menores oportunidades. (URSINE; PEREIRA; CARNEIRO, 2018). Entretanto, os poucos investimentos na área da saúde da população rural manifestam a invisibilidade na vida e no processo saúde-doença dessa população no Brasil (URSINE; PEREIRA; CARNEIRO, 2018), situações que dificultam ainda mais a realidade de viver no campo, por meio de uma vida digna e qualificada.

As pessoas com deficiência são aquelas que possuem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, as quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (MINISTERIO DA SAÚDE, 2008).

As pessoas com deficiência apresentam piores condições de vida, diversas demandas de saúde e possuem seus direitos denegados, com isso se tornam invisibilizadas em todos os setores, gerando exclusão, vulnerabilidade social e inúmeras dificuldades para viver na sociedade (URSINE; PEREIRA; CARNEIRO, 2018). Embora no espaço urbano as dificuldades de acesso a serviços e exclusão estejam presentes, estas se agravam ao se considerar o cenário rural (TONINI; LOPES, 2017), pois torna as pessoas ainda mais invisíveis, somada as limitações físicas e/ou intelectuais das pessoas com deficiência esses aspectos estão ainda mais comprometidos, como ausência de recursos, barreiras no acesso e acessibilidade dos serviços, que levam a disparidades, limitando as possibilidades e caracteriza as situações de violência e discriminação (TONINI; LOPES, 2017).

Considerando suas limitações, as pessoas com deficiência possuem pouco ou nenhuma autonomia, o que as torna dependentes de seus familiares para suas necessidades diárias. Essas limitações provocam frustrações e sobrecarga dentro do ambiente familiar e colaboram para o surgimento de fatores como a negligência e a violência. Diante disso, evidencia os motivos da pessoa com deficiência estar tão exposta as situações de violência, pelas grandes taxas de dependência, exclusão causados pelo meio que estão inseridas, a dificuldade de defesa e a falta de informação (TONINI; LOPES, 2017).

Com base em tais complexidades, é relevante focar em situações para além das pessoas com deficiência mas também que envolvem seus familiares, pois estes são elementos essenciais do cuidado. Os familiares experienciam os sentimentos gerados pelas situações e diversas vezes, precisam enfrentar desafios nos âmbitos pessoais, sociais, econômicos e profissionais (SANTOS; MARTINS, 2016).

As pessoas com deficiência encontram grande vulnerabilidade e altas taxas de violência em relação a pessoa não portadora de deficiência, e estão mais sujeitas a enfrentar desigualdade de gênero e exclusão social, pela falta de confiança ao denunciar os atos sofridos, o que acarreta a permanência da violência por muitos anos (ALMEIDA, 2011).

Nessa linha de pensamento, o estudo tem por objetivo discorrer e refletir sobre as situações de violência vividas pelas pessoas com deficiência e suas famílias que residem em contexto rural, por meio dos achados na literatura.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho surge de discussões acadêmicas referente à violência vivida pelas pessoas com deficiência residentes em cenário rural, vinculadas ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Maria – Campus Palmeira das Missões, no processo de geração de dados. Constitui-se parte do projeto matricial de pesquisa intitulado: “Determinantes Sociais de Saúde em Pessoas com Deficiência, Famílias e Rede de Apoio no Cenário Rural: múltiplas vulnerabilidades”, financiado pelo CNPq, chamada FAPERGS/MS/CNPQ/SESRS n. 03/2017- Programa pesquisa para o sus: gestão compartilhada em saúde PPSUS – 2017. O estudo matricial foi desenvolvido tendo como base geográfica alguns municípios da região norte/noroeste do estado do Rio Grande do Sul pertencentes à 15ª e a 19ª Coordenadorias Regionais de Saúde. A escolha dos municípios justifica-se por apresentarem mais de 70% de sua população residindo em área rural. Inicialmente para delinear o estudo nas dimensões da violência, realizou-se uma busca em bases de dados científicas, utilizando os termos: violência, pessoa com deficiência e ruralidade. Assim, na sequência discorre-se sobre os achados dessa busca que sustentam uma reflexão importante sobre essa temática.

48

## **A MULTIPLICIDADE DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA ENFRENTADAS PELAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA RESIDENTES NO RURAL.**

A violência sempre esteve presente na experiência humana e seus impactos podem ser vistos de diversas formas. Esta é o resultado da complexa interação entre fatores individuais, sociais, culturais e ambientais, estando inserida no contexto da sociedade, desse modo, devido a persistência da violência nas relações houve naturalização e invisibilidade dos atos (DAHLBERG; KRUG, 2007).

De acordo com Tonini (2017) o rural é visto como local de produção de alimentos, no entanto, é emergente a necessidade de mudança dessa ótica para o ambiente onde vivem pessoas, famílias, culturas, necessidades e potencialidades, indivíduos que necessitam de políticas econômicas e sociais, o qual precisam ter acesso aos seus direitos.

As pessoas com deficiência passaram por anos de exclusão e preconceitos sofridos por parte da sociedade, isso faz parte de parâmetros culturalmente impostos. O rural reproduz essas

situações, permitindo que as pessoas tornem-se invisíveis devido às suas características físicas e/ou intelectuais aliadas às limitações que o ambiente proporciona, assim, invisíveis e considerados alheios ao processo do campo sob o prisma econômico e da produção, pouco sabe-se sobre suas carências e possibilidades, seu acesso aos direitos e oportunidades reais (TONINI, 2017).

Os indivíduos possuem formas distintas de se adaptar e enfrentar as diferentes situações em que são colocados ao longo da vida. Tais fatos corroboram para que as formas de vida de uma pessoa com deficiência em área urbana sejam divergentes daquelas que residem no ambiente rural, pois mesmo que os direitos sejam iguais, o acesso à estes acontece de forma desigual. Em suma, o acesso aos recursos disponíveis não depende somente de comprometimento individual ou familiar, mas principalmente das relações de auxílio que se fundam em conjunto com a atuação das instituições (WANDERER, 2012).

Williams (2003) menciona que a pessoa com deficiência encontra-se em posição de vulnerabilidade à violência, explicada pela inabilidade de identificar situações abusivas. Os casos de violência contra as pessoas com deficiência no ambiente rural podem estar crescendo diariamente, contudo, o medo da denúncia mascara os números. A violência física é o uso da força para reproduzir lesões, dor ou incapacidade em outrem (MINAYO, 2006), pode se manifestar na escola e na família, estando presente em diversos espaços.

Nessa direção, salienta-se que a violência física resulta, muitas vezes, em danos psicológicos tanto para as pessoas com deficiência quanto para seus familiares, denegrindo a integridade física e mental e tirando a liberdade destas estarem onde gostariam de estar, culminando em isolamento e privação de direitos. A violência ocorre sem ser vista em espaços sociais, públicos e privados, muitas vítimas são vulneráveis e não são capazes de se proteger (MINAYO, 2007; DAHLBERG, 2007).

Os impactos causados por esse fenômeno podem ser vistos de diversas formas, e para a vítima, as implicações em dor e sofrimento não podem ser mensuradas. Embora as tecnologias tenham tornado visíveis alguns tipos de violência, um grande número de atos violentos acontecem sem serem vistos (DAHLBERG, 2007).

Para Minayo (2006), a violência psicológica acontece quando há agressões verbais ou gestuais com o intuito de amedrontar, rejeitar, humilhar, restringir a liberdade ou ainda, isolá-

la do convívio social. Este tipo de violência está presente na vida das pessoas com deficiência desde muito cedo e muitas vezes, passa despercebida devido ao fato de que os agressores são os próprios familiares. Além disso, no geral, a violência psicológica não é reconhecida como uma forma de violência pois não deixa marcas físicas e com isso há a dificuldade de identificar essas situações por parte dos usuários e dos profissionais da saúde (White & Satyen, 2015).

A violência psicológica pode ser considerada a mais impiedosa, pois ocorrida no âmbito doméstico culmina em marcas irreparáveis que perpetuam por muito tempo, ou por toda a vida (ABRANCHES, 2011; LAWRENZ et al, 2019). Tais atos aparecem em forma de apelidos ofensivos que causam desconforto para as pessoas com deficiência e seus familiares próximos, com isso, há sentimentos de constrangimento e rejeição. Ainda, a repulsa que a sociedade encontra em aceitar as deficiências é o principal problema apontado, o qual é notabilizado pelos olhares discrepantes lançados a esses indivíduos. Em conseqüente culminando mais uma vez em repressão e isolamento social.

As formas da violência aliadas às particularidades do contexto rural potencializam situações adversas e de exclusão, visto que os moradores possuem dificuldades no acesso rápido e eficiente dos serviços de saúde para atendimento, o que contribui para o não enfrentamento dessas situações (COSTA; LOPES, 2012).

A violência sexual configura-se como o ato ou o jogo sexual utilizado para estimular a vítima ou utilizá-la para obter excitação sexual e práticas eróticas, pornográficas e sexuais por meio de aliciamento, violência física ou ameaças (MINAYO, 2006), no contexto rural os casos de violência sexual podem agravar-se devido a falta de habilidade para se proteger e reconhecer essas situações.

As pessoas com deficiência que vivem no rural encontram-se em situações vulneráveis, o que potencializa as situações de violência visto as particularidades do cenário que se distanciam dos grandes centros e, por consequência, dos recursos sociais, políticos e comunitários que poderiam prover maior proteção (COCCO et al; 2017).

Ainda, de acordo com Minayo (2006), a negligência ou privação de cuidados versa sobre a ausência, recusa ou a deserção de cuidados necessários a alguém que precisa de atenção e cuidados. Wanderer (2012) indica que a negligência, a violência psicológica e a física são culturalmente mais aceitas e naturalizadas no cotidiano familiar de pessoas com deficiência. A

violência sexual é mais identificada e por isso são realizadas ações palpáveis, como notificação e suporte às vítimas bem como encaminhamentos aos órgãos de proteção, desse modo, é imprescindível instrumentos que permitam que as vítimas tenham maior clareza para identificar tais atos.

### **A FAMÍLIA E A COMUNIDADE RURAL: violências vivenciadas**

A família é a unidade básica do indivíduo, responsável pelo seu desenvolvimento nos diferentes sentidos, é ela quem propicia os primeiros estímulos. A função da família é proteger, favorecer adaptação à sociedade e dar suporte (PADUA; RODRIGUES, 2013).

Tendo em vista as limitações, as pessoas com deficiência possuem pouco ou nenhum protagonismo e autonomia e por isso, vivem em constante dependência da família, muitas vezes tornando-se sujeitas à afabilidade de terceiros no atendimento as suas demandas (TONINI; LOPES, 2017). No contexto de vida das pessoas com deficiência a família é de suma importância, visto que há necessidade de envolvimento para que ocorra os processos de educação, habilitação e reabilitação, bem como para que todas as suas necessidades sejam contempladas (PADUA; RODRIGUES, 2013).

Devido a função de cuidador do familiar com deficiência, os familiares precisam abandonar suas atividades diárias. Com isso vivenciam situações de estresse, sentimento de culpa, depressão e ansiedade, além das dificuldades econômicas devido ao abandono das atividades lucrativas. Não obstante, ainda enfrentam desafios no cuidado por consequência da falta de orientação e conhecimento (BRASIL, 2011).

De acordo com Tonini (2017), há um efeito perverso no meio rural devido a distância dos serviços essenciais e ao isolamento das pessoas com deficiência e seus familiares, tal efeito, se não alterado, reduz ainda mais os serviços e as possibilidades de usufruí-los.

Algumas vezes a deficiência modifica o aspecto físico das pessoas com deficiência e o torna fisicamente diferente dos demais, isso culmina na geração de sentimentos de constrangimento aos familiares que se restringem na participação nos ambientes sociais. A deficiência, desse modo, acaba sendo um impasse para o convívio social. Nesse contexto, a violência está presente na privação de um direito essencial... o conviver plenamente na sociedade.



Desse modo, a presença da pessoa com deficiência nas famílias vincula-se a sentimentos negativos e a dúvidas. Isso pode ser explicado pela dificuldade em conviver com a diversidade, transformando diferenças biológicas em características desprezadas socialmente. Nesse sentido, mudanças nas formas de entender a violência podem ajudar na desnaturalização da visão patologizante da família que possui um membro com deficiência (WANDERER, 2012).

É imprescindível deixar de mencionar as trajetórias de instabilidade econômica, migrações constantes e condições de vidas precárias ao falar sobre as famílias das pessoas com deficiência. Tais condições limitam as escolhas de vida e perspectivas de futuro, vulnerabilizando os indivíduos e os inserindo em situações de extrema violência (LOPES, 2015). No contexto rural a maior parte da renda das famílias advém da agricultura familiar onde não há salários fixos, o que por vezes gera dificuldades financeiras. Contudo, a produção de alimentos para consumo próprio parece amenizar os problemas, já que por não precisar comprar certos alimentos há uma diminuição das despesas mensais.

Para suprir as necessidades básicas o Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi promulgado pelo Congresso Nacional através da Lei Nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a qual garante o valor de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência que não tenha condições de prover manutenção de sua vida, nem de ser provida por sua família (BRASIL, 1993).

Contudo, na maioria das vezes o valor torna-se pouco diante de necessidades como alimentação e saúde, e por isso as famílias precisam mobilizar todos os recursos disponíveis para enfrentar a carência e a pobreza. A maioria das pessoas com deficiência não possui trabalho remunerado, assim, os recursos financeiros vem do apoio familiar. Dessa forma, as famílias exercem papel fundamental na luta pela garantia dos direitos da pessoa com deficiência, devem fazer parte desse processo enquanto atores socialmente constituídos (TONINI, 2017).

No que tange ao convívio comunitário, a pessoa com deficiência que vive no rural vivencia rotineiramente situações de restrição social, explicadas pelas características geográficas do espaço ou pela limitação de acesso aos seus direitos. Além disso, as atividades de lazer tornam-se limitadas devido as características da deficiência e do modo como a sociedade enxerga a deficiência, fazendo com a pessoa com deficiência e seus familiares sintam-se constrangidas e excluídas, uma vez que nem todas os indivíduos estão preparados

para conviver com as diferenças. Assim, acabam adotando momentos de lazer associados a religião, atividades domésticas, cuidar de animais e convívio com os vizinhos próximos (TONINI, 2017).

Nessa perspectiva, denota-se que os atos violentos acabam resultando em danos a saúde, contribuindo para que as práticas de preconceitos e exclusão enraizadas na sociedade humana estejam sempre presentes na vida das pessoas com deficiência e de seus familiares. As pessoas com deficiência e seus familiares residentes em contexto rural, vivenciam situações de isolamento social, dificuldades econômicas, conflitos familiares e preconceitos, o que se configura como violência.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos elementos descritos, pode-se mencionar que a violência contra as pessoas com deficiência que vivem no rural encontra-se na sociedade de forma naturalizada, fazendo parte do cotidiano de vida desses indivíduos desde os primeiros anos e perpassando por toda a vida. A violência está presente em todos os espaços, até mesmo nos que deveriam servir de amparo e de base para as pessoas com deficiência, como nas escolas e nos próprios domicílios.

Acredita-se que o processo é lento para que tal problemática seja enfrentada, tornam-se necessárias intervenções intersetoriais na busca de soluções. Além disso, a articulação entre os serviços de saúde, educação, assistência social e a sociedade buscando dar visibilidade às situações de violência e atender as necessidades dessas pessoas que vivem no rural. Apesar dos avanços obtidos por meio das legislações publicadas que garantem os direitos humanos das pessoas com deficiência, a realidade ainda é de segregação e discrepâncias.

Desse modo, espera-se essas discussões possam servir de apoio para o reconhecimento acerca da violência contra as pessoas com deficiência que vivem no cenário rural, como também para a elaboração de novas práticas, habilidades e competências de atenção e cuidado voltadas as singularidades dessa população que carecem de cuidados em todos os cenários. Incentivar as pesquisas nesse contexto que é pouco explorado, afim de contribuir para a construção de políticas públicas mais inclusivas e dar visibilidade as particularidades, necessidades e qualificar o cuidado, minimizando as situações de violência dessa população.

## REFERÊNCIAS

LUCENA, K. D. T; SILVA, A. T. M. C; MORAES, R. M; SILVA, C. C; BEZERRA, I. M. P. **Análise espacial da violência doméstica contra a mulher entre os anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, Paraíba, Brasil.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 28, n. 6, p. 1111-1121. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2012000600010](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2012000600010)>. Acesso em: 07 de novembro de 2020.

ARBOIT, J; PADOIN, S. M. M; VIEIRA, L. B; PAULA, C. C; COSTA, M. C; CORTES, L. F. **Atenção à saúde de mulheres em situação de violência: desarticulação dos profissionais em rede.** Revista da escola de enfermagem da USP, volume 5, São Paulo, 2017. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S008062342017000100408&script=sci\\_arttext&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S008062342017000100408&script=sci_arttext&lng=pt)>. Acesso em: 07 de novembro de 2020.

HONNEF, F; COSTA, M. C; ARBOIT, J; SILVA, E. B; MARQUES, K. A. **Representações sociais da violência doméstica em cenários rurais para mulheres e homens.** Acta Paul Enferm. 2017; 30(4):368-74. Disponível em: <<file:///D:/Users/Cliente/Downloads/Viol%C3%Aancia%20dom%C3%A9stica%20no%20rural.pdf>>. Acesso em: 07 de novembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.** Brasília, DF, 2013. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacoes\\_campo.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf)>. Acesso em: 07 de novembro de 2020.

URSINE, B. L.; PEREIRA, E. L.; CARNEIRO, F. F. **Saúde da pessoa com deficiência que vive no campo: o que dizem os trabalhadores da Atenção Básica.** Interface: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 22, n. 64, p. 109-120, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/icse/v22n64/1807-5762-icse-576220160666.pdf>>.\_Acesso em: 07 de novembro de 2020.

KRUG, E. G; DAHLBERG, L. L; MERCY, J. A; ZWI, A. B; LOZANO, R. **Relatório mundial sobre violência e saúde.** Organização Mundial da Saúde Genebra, 2002. Disponível

em:<<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>>. Acesso em: 07 de novembro de 2020.

TONINI, H; LOPES, M. J. M. **Desenvolvimento, cuidado e vulnerabilidade: pessoas com deficiência em áreas rurais do RS**. R. Interdisciplinar, Piauí, v. 10, n. 3, p. 110-124, 2017. Disponível

em:<<https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/1318>>. Acesso em: 07 de novembro de 2020.

SANTOS, M. A.; MARTINS, M. L. P. L. P. **Estratégias de enfrentamento adotadas por pais de crianças com deficiência intelectual**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3233-3244, 2016. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232016001003233&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232016001003233&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 11 de novembro de 2020.

ALMEIDA, H. J. L. **Vulnerabilidade de mulheres com deficiência que sofrem violência**. Departamento Social da Universidade de Brasília, 2011. Disponível em:<[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2596/1/2011\\_HaynaraJocelyLimadeAlmeida.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2596/1/2011_HaynaraJocelyLimadeAlmeida.pdf)>. Acesso em: 07 de novembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília, DF, 2008. Disponível em:<[https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_pessoa\\_deficiencia.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_pessoa_deficiencia.pdf)>. Acesso em: 07 de novembro de 2020.

DAHLBERG, L. L; KRUG, E. G. **Violência: um problema global de saúde pública**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1163-1178, 2007. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0>>. Acesso em: 09 de novembro de 2020.

WANDERER, A. **Violência intrafamiliar contra pessoas com deficiência: discutindo vulnerabilidade, exclusão social e as contribuições da psicologia**. 2012. 171 p. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde)–Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.

WILLIAMS, L. C. A. **Sobre deficiência e violência: reflexões para uma análise de revisão de área.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 9, n. 2, p. 141-154, 2003. Disponível em: <<http://www.laprev.ufscar.br/documentos/arquivos/artigos/2003-williams.pdf>>. Acesso em 11 de novembro de 2020.

MINAYO, M.C.S. **The inclusion of violence in the health agenda: historical trajectory.** Ciência & Saúde Coletiva [Internet], Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 1259-1267, 2007. Available from: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a15v11s0.pdf>>. Cited 11 nov. 2020.

DAHLBERG L.L; KRUG E.G. **Violência: um problema global de saúde pública.** Ciência & Saúde Coletiva [Internet], v.11, n.1, p.1163-1178. doi: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007>>. Acesso em: 11 de novembro de 2020.

MINAYO, M. C. S. **Violência e Saúde.** 20. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>>. Acesso em: 09 de novembro de 2020.

WHITE, M. E; & SATYEN, L. **Cross-cultural differences in intimate partner violence and depression: A systematic review.** Aggression and Violent Behavior, v.24, p.120-130, 2015. doi: <10.1016/j.avb.2015.05.005>. Acesso em: 11 de novembro de 2020.

ABRANCHES, C.D; ASSIS, G.S. **The (in)visibility of psychological family violence in childhood and adolescence.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.27, n.5, 2011. Available from: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2011000500003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2011000500003)>. Cited 09 nov. 2020.

LAWRENZ P, et al. **Violence against Women: Notifications of Health Professionals in Rio Grande do Sul.** Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v.34, n.1, p.1-9, 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e34428>. Acesso em: 09 de novembro de 2020.

COCCO, M,C; et al. **Mulheres rurais e situações de violência: fatores que limitam o acesso e a acessibilidade à rede de atenção à saúde.** Rev. Gaúcha Enferm., Porto Alegre, v.38, n.2, 2017. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-14472017000200416&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472017000200416&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 09 de novembro de 2020.

COSTA, M. C; LOPES, M. J. M. **Elementos de integralidade nas práticas profissionais de saúde a mulheres rurais vítimas de violência.** Revista da Escola de Enfermagem USP, São Paulo, v. 46, n. 5, p. 1088-1095, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v46n5/08.pdf>>. Acesso em: 11 de novembro de 2020.

PADUA, E. S. P; RODRIGUES, L. **Família e Deficiência: reflexões sobre o papel do psicólogo no apoio aos familiares de pessoas com deficiência.** In: VII CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2013, Londrina. Anais VII Congresso brasileiro multidisciplinar de educação especial. Londrina, 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT07-2013/AT07-028.pdf>>. Acesso em: 11 de novembro de 2020.

BRASIL. Federação Nacional das APAES. **A família no contexto da deficiência: estrutura e dinâmica.** Brasília, DF, 2011. Disponível em: <[https://apaebrazil.org.br/uploads/5155-a\\_familia\\_no\\_contexto.pdf](https://apaebrazil.org.br/uploads/5155-a_familia_no_contexto.pdf)>. Acesso em: 11 de novembro de 2020.

Lopes, M.J.M. **Violência contra mulheres em áreas rurais sob o olhar da saúde.** In: Gerhardt ET, Lopes MJM. O Rural e a Saúde: Compartilhando Teoria e Método. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS; 2015. p. 77-85.

Ministério da Saúde (BR). Presidência da República. **Lei Nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde. Available from: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm)>. Cited 11 nov. 2020.

Tonini H. **Direitos e liberdades das pessoas com deficiência em áreas rurais do Rio Grande do Sul: Vulnerabilidades e desenvolvimento social ampliado** [tese doutorado]. [Porto Alegre]: Universidade Federal de Educação do Rio Grande do Sul; 2017. 248 p.